



MARINHA DO BRASIL
ESTALEIRO DE MANUTENÇÃO DA ILHA DA MADEIRA

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63983.001127/2026-97)

ABERTURA E APROVAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Com base nas referências:

Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
Portaria Nº 279/MB/MD, de 11 de dezembro de 2024;
Portaria MB/MD nº 38, de 21 de março de 2022; e
Portaria Nº 65/SGM, de 27 de julho de 2023.

AUTORIZO a abertura do processo administrativo, nos moldes relacionados e **APROVO** os documentos apresentados pelo Setor Requisitante.

1 - OBJETO

Aquisição de Insumos para Fabricação de Apoios para GRP dos Submarinos.

2 - JUSTIFICATIVA

A presente aquisição tem por objetivo o fornecimento de barras de metalon em aço carbono, bem como de eventuais insumos associados, destinadas à fabricação de suportes estruturais para acondicionamento e manuseio de placas de GRP (Glass Reinforced Plastic) removidas durante as atividades de manutenção dos Submarinos Classe Riachuelo, a serem empregadas no âmbito dos Períodos de Manutenção dos meios.

As placas de GRP constituem componentes relevantes da estrutura e dos sistemas dos submarinos, exigindo cuidados específicos quanto ao seu armazenamento e manuseio após a remoção. A utilização de suportes adequados é fundamental para garantir a integridade física dessas placas, evitando deformações, danos superficiais, contaminações ou comprometimento de suas propriedades mecânicas e funcionais.

As barras de metalon serão empregadas na fabricação de berços e estruturas de suporte, devendo apresentar resistência mecânica, estabilidade dimensional e qualidade construtiva compatíveis com as cargas e condições de uso previstas. Tais estruturas deverão permitir o correto apoio e distribuição de esforços, assegurando o acondicionamento seguro das placas durante as etapas de manutenção, transporte interno e armazenamento temporário.

A utilização de materiais com especificações inadequadas poderá resultar em estruturas frágeis, instáveis ou suscetíveis à deformação, com risco de danos às placas de GRP e impactos negativos nas atividades de manutenção. Dessa forma, é imprescindível que as barras de metalon atendam aos requisitos técnicos de qualidade, dimensões, resistência e acabamento, garantindo desempenho adequado e confiabilidade em serviço.

Considerando as condições operacionais do ambiente naval e as exigências associadas às atividades de manutenção de submarinos, faz-se necessária a aquisição de materiais de padrão industrial, com qualidade assegurada, procedência conhecida e conformidade com normas técnicas aplicáveis. Adicionalmente, os materiais deverão apresentar características adequadas quanto à resistência à corrosão, integridade estrutural e durabilidade.

Adicionalmente, os materiais a serem fornecidos deverão atender às normas técnicas pertinentes, possuir certificação de qualidade e, quando aplicável, rastreabilidade, assegurando conformidade com os requisitos estabelecidos e confiabilidade no emprego.

Dessa forma, a aquisição ora proposta mostra-se indispensável para assegurar a adequada execução das atividades de manutenção, proporcionando meios seguros e eficientes para o suporte e acondicionamento das placas de GRP, contribuindo para a preservação de sua integridade e para a continuidade operacional dos Submarinos Classe Riachuelo.

3 - ESTIMATIVA DE PREÇOS

O valor estimado da contratação é de R\$ 65.217,84 (sessenta e cinco mil duzentos e e dezessete reais e oitenta e quatro centavos), enquadrando-se, portanto, no limite para dispensa de licitação, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

4 - ATIVIDADE DE CUSTEIO

O objeto do referido processo não se enquadra como atividade de custeio, conforme previsto no art. 2º, da Portaria nº 7.828, de 30 de agosto de 2022/ME.

5 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base na consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e fundamentado no inciso IV, art. 72 da Lei 14.133/2021, as despesas decorrentes da contratação têm adequação orçamentária e financeira e correrão à conta do Orçamento Geral da União, para o exercício de 2026, por meio da dotação orçamentária que consta no Termo de Referência.

6 - DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O presente afastamento não enquadra guarida nas hipóteses previstas no art. 3º do Dec. 11.462/2023, motivo pelo qual não será objeto de registro de preços. A forma de contratação será por compra efetiva.

7 - DO PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO

A presente contratação observa o princípio da padronização, previsto no art. 40, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 14.133 /2021, ao adotar especificações técnicas compatíveis com os padrões definidos pela Administração Pública para serviços de mesma natureza.

O objeto foi descrito de forma a atender às necessidades funcionais da Administração, respeitando critérios de uniformidade, compatibilidade. A especificação técnica foi construída com base em parâmetros consolidados, evitando-se exigências restritivas ou sob medida, de modo a permitir ampla competitividade sem comprometer a padronização adotada internamente.

Releva mencionar que, além de diversos documentos processuais deste afastamento terem sido produzidos com base nos modelos padronizados disponibilizados pela AGU, os procedimentos de planejamento da demanda, de organização administrativa e de procedimentos das aquisições são devidamente padronizados.

Por fim, a presente aquisição/contratação não permite a utilização do catálogo eletrônico de padronização do portal Compras.gov.br em virtude de seu objeto não constar como um dos itens até o momento padronizados pela SEGES/MGI.

8 - DA VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, certifica-se que a opção apresentada para esta contratação mostra-se mais vantajosa para a Administração Pública quando comparada a eventuais alternativas, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e de continuidade das atividades desta Organização Militar, bem como o custo-benefício ao longo do ciclo de vida do objeto, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade.

9 - DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante do exposto, entende-se pela viabilidade da presente contratação, com fulcro no inciso II, art. 75 da Lei nº 14.133/2021, sendo compatível com os princípios da Administração Pública e se encontra em conformidade com a legislação vigente.

A contratação será precedida da divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES nº 67/2021, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Itaguaí, RJ, na data da assinatura.

CHARLES FERNANDES DA SILVA
Capitão de Fragata (EN)
Ordenador de Despesas